

Assistência Técnica e Extensão Rural no Vale do Ribeira Paranaense

Kessy Rizental da Silva

Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Recebido: 19/05/2017 Versão revisada (entregue): 05/06/2018 Aprovado: 26/06/2018

Resumo

Esta pesquisa buscou analisar a ocorrência e a viabilidade de chamadas públicas para a prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na região do Vale do Ribeira paranaense com base nas diretrizes propostas pela PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) e pela PEATER-PR (Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado do Paraná). Esse objetivo foi cumprido por meio de uma análise qualitativa, utilizando-se do estudo de caso, através da realização de entrevistas com os profissionais atuantes na área da extensão rural, a fim de se verificar a perspectiva destes profissionais sobre os serviços de ATER no estado do Paraná. Identificaram-se diversos desafios para a efetivação de serviços qualificados de ATER no Vale do Ribeira, tais como a ausência de diálogo entre as entidades executoras de ATER, a falta de um mapeamento e sistematização das ações de ATER, e entraves ao trabalho do extensionista pela precariedade de infraestrutura. Tais desafios vêm dificultando o cumprimento das metas estabelecidas pelas legislações estadual e federal de ATER no Vale do Ribeira paranaense.

Palavras-chave | ATER; extensionistas; Paraná; PEATER; PNATER; produção familiar.

Código JEL | Q15 Q16 Q18

TECHNICAL ASSISTANCE AND RURAL EXTENSION IN THE PARANAENSE VALE DO RIBEIRA

Abstract

This research seeks to analyze the occurrence and viability of public calls to provision Technical Assistance Services and Rural Extension (Ater) in the region of Vale do Ribeira in Paraná (Brazil), based on the guidelines proposed by PNATER (National Policy for Technical Assistance and Rural Extension) and PEATER-PR (State Policy on Technical Assistance and Rural Extension). This goal was accomplished through a qualitative analysis, using the study case, by conducting interviews with professionals about the Ater services in the state of Paraná.

It was identified several challenges for the realization of qualified Ater services in Vale do Ribeira, such as the lack of dialogue among the executive bodies of Ater, the lack of a mapping and systematization of Ater actions, obstacles to the work of extension by precarious infrastructure. Such challenges has hindered the achievement of targets by the ATER state and federal laws in Vale do Ribeira.

Keywords | ATER; extensionist; family production; Paraná; PEATER; PNATER.

JEL-Code | Q15 Q16 Q18

ASISTENCIA TÉCNICA Y EXTENSIÓN RURAL EN EL VALE DO RIBEIRA PARANAENSE

Resumen

Esta investigación buscó analizar la ocurrencia y viabilidad de llamadas públicas para la prestación de servicios de Asistencia Técnica y Extensión Rural (ATER) en la región del Vale do Ribeira paranaense con base en las directrices propuestas por la PNATER (Política Nacional de Asistencia Técnica y Extensión Rural) y por la PEATER-PR (Política Estadual de Asistencia Técnica y Extensión Rural del estado de Paraná). Este objetivo fue cumplido por medio de un análisis cualitativo, utilizando el estudio de caso a través de la realización de entrevistas con los profesionales actuantes en el área de extensión rural, con el fin de verificar la perspectiva de estos profesionales sobre los servicios de ATER en el estado de Paraná. Se identificaron diversos desafíos para la efectividad de servicios calificados de ATER en el Vale do Ribeira, tales como la ausencia de diálogo entre las entidades ejecutoras de ATER, la falta de un mapeo y sistematización de las acciones de ATER, los obstáculos al trabajo del extensionista por la precariedad de infraestructura. Tales desafíos han dificultado el cumplimiento de las metas establecidas por las legislaciones estadual y federal de ATER en el Vale do Ribeira paranaense.

Palabras-clave | ATER; extensionistas; Paraná; PEATER; PNATER; producción familiar.

Código JEL | Q15 Q16 Q18

Introdução

A Extensão Rural é um dos ramos das Ciências Agrárias que se configura por meio de processos educativos no meio rural, visando contribuir para a construção e execução de estratégias que promovam o desenvolvimento rural, viabilizando condições para a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais e dos mecanismos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades agropecuárias.

Caporal e Costabeber (2004) reforçam a premissa de que a história da extensão rural já foi repetitivamente contada, desde o empenho do Grupo Rockefeller às

adaptações do modelo norte-americano no início dos serviços de extensão rural no Brasil até o desmonte da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) no início dos anos 1990. O que se pretende neste texto, não é descrever novamente este processo, mas através dele, comparar e analisar os objetivos e as diretrizes estabelecidos pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) com a situação atual dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) em relevante região do estado do Paraná.

Entretanto, é válido recordar alguns dos principais eventos que marcaram a história da Ater no país até o surgimento da PNATER, para uma clara compreensão dos momentos que subsidiaram a formulação dessa política pública. Dessa forma, é possível se estabelecer paralelos entre os fenômenos ocorridos no âmbito nacional, e os debates realizados durante o mesmo período no estado do Paraná, até a formulação da PEATER-PR (Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado do Paraná).

Breve histórico da Extensão Rural no Brasil

A institucionalização efetiva do serviço de Ater no Brasil ocorreu entre as décadas de 1940 e 1950, a partir da criação das Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR), tendo suas origens sido influenciadas diretamente pelos Estados Unidos da América através do modelo de adoção difusionista (CAPORAL, 1991; CAPORAL e COSTABEBER, 2004; LANDINI, 2015; OLIVEIRA, 2012). Por meio desse modelo buscava-se a difusão dos chamados pacotes tecnológicos, que eram um conjunto de técnicas agropecuárias que o agricultor deveria utilizar para fazer jus ao crédito subsidiado. Desta maneira, em seu surgimento, as atividades extensionistas, bem como a formação dos técnicos, eram orientadas por um modelo caracterizado por ser reducionista e homogeneizador.

Em 1956 foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), responsável pelos serviços de Ater em âmbito nacional (MENDONÇA, 2010). Concomitantemente, surgiu no estado do Paraná o “ETA – Projeto 15”, implementado através da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, para implantação de um Programa de Extensão Rural e Economia Doméstica, iniciando a história da extensão rural no Paraná. Posteriormente, em 1959 foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (Acarpa), que juntamente ao Projeto Técnico de Agricultura (ETA) – Projeto 15, assumiu gradativamente a responsabilidade pelo trabalho de extensão rural nesse Programa até absorvê-lo totalmente (SEPULCRI, 2005).

A partir da década de 1960 observou-se uma rapidez no processo de modernização da agricultura brasileira e uma nova configuração na prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural. Este processo teve como agente

catalisador o crédito rural, operacionalizado em 1967, que privilegiou os grandes produtores em detrimento dos pequenos (SILVA et al., 1983). Godoi (2014) salienta que a institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) priorizou quase que absolutamente os projetos que adotavam os preceitos da Revolução Verde, sendo considerado, por isso, altamente seletivo, bem como a extensão rural, que passou então a se restringir aos procedimentos burocráticos do empreendimento financiado.

O período posterior continuou sendo marcado por sucessivas tentativas de se institucionalizar e fortalecer os serviços de extensão rural no país. Peixoto (2008) traz um rico apanhado da evolução da legislação de Ater, na qual, dentre os principais fatos, podem ser destacados: em 1964, a promulgação do Estatuto da Terra e a criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), responsável por prestar assistência técnica aos projetos de reforma agrária; e em 1974, a instituição da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Paralelamente, surgiu em 1978 a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PR), criada para substituir a Acarpa. O surgimento e a dissolução de vários órgãos designados para coordenar os serviços de Ater no país foram marcados pela desarticulação, pela falta de recursos e pela pouca representatividade política dos setores executores de Ater.

A década de 1980 e o início dos anos de 1990 ficaram conhecidos por retrocessos no campo da agricultura familiar e da extensão rural no Brasil, como a extinção da EMBRATER, as elevadas taxas do êxodo rural, o desemprego e a contínua retirada dos subsídios da agricultura. Já na década de 1990, a agricultura familiar passou a ser reconhecida como categoria política, processo atrelado a recomposição do movimento sindical dos trabalhadores rurais. Em 1996, o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que se configurou como o principal programa de política pública destinado aos pequenos agricultores do Brasil (SCHNEIDER, 2010, p. 516).

Portanto, a década de 1990 ficou caracterizada no Brasil pelo início de uma agricultura marcada por uma orientação dicotômica, configurando-se nos grupos de produção familiar (representado, na esfera ministerial, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado em 2000, e os grupos de produção ligadas ao agronegócio, apoiados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), fortalecendo a “divisão de classes” já existente no cenário agrário nacional (SABOURIN, 2007).

Em 2003, o MDA ficou incumbido das atividades de Ater, cujos debates foram iniciados na década anterior e contaram com ampla participação de diversos setores da sociedade, o que conferiu legitimidade sociopolítica e levou à criação da PNATER-2003, com a orientação fundamental de promover o desenvolvimento sustentável com base nos princípios da Agroecologia. Ao longo de 2009, viria a

ocorrer outro processo de debates sobre a Ater, desta vez, com quase nula participação da sociedade civil, substituindo a proposta da PNATER-2003 (CAPORAL, 2011, p. 2).

Tratava-se da nova PNATER, que se consolidou no ano de 2010, onde o país passou a contar com a primeira Lei de Ater, que instituiu:

[...] a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências (BRASIL, 2010).

Dos objetivos da pesquisa

Vale ressaltar que, atualmente, alguns estados brasileiros contam com uma Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural, como é o caso do Paraná, que por meio da Lei nº 17.447 de 27 de dezembro de 2012, instituiu a PEATER-PR e o PROATER-PR (Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural), atribuindo ao governo estadual a responsabilidade de, em conjunto com o governo federal, promover e beneficiar os serviços de Ater no estado.

A extensão rural no Brasil hoje é executada por uma enorme diversidade de agentes que a praticam a partir de diferentes concepções, métodos, formatos organizativos, lugares sociais, objetivos e interesses. “Esta pluralidade contrasta com o quadro predominante até meados dos anos 1980, quando os serviços de extensão rural eram quase que exclusivamente fornecidos pelo Estado”. (DIAS, 2007, p. 12).

Assim, o presente trabalho objetivou analisar as diretrizes estabelecidas pela PNATER e pela PEATER-PR, comparando-as com a situação atual da prestação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em região estratégica para a Agricultura Familiar no estado do Paraná – o Vale do Ribeira paranaense. Para tanto foi realizada uma análise qualitativa da percepção dos técnicos e profissionais da área sobre as políticas de Ater.

Estabeleceu-se que somente seriam analisados os serviços de Ater executados por meio de chamadas públicas divulgadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). As chamadas públicas, segundo Diniz et al. (2011), caracterizam-se por ser o mecanismo jurídico-legal utilizado para a determinação dos meios com os quais as ações de Ater devem ser executadas pelas entidades credenciadas, tais como os valores disponibilizados para cumprimento dessas ações, o público a ser beneficiado pela Assistência Técnica, a localização geográfica de atuação destes serviços, o arcabouço teórico utilizado para a orientação das ações, entre outros.

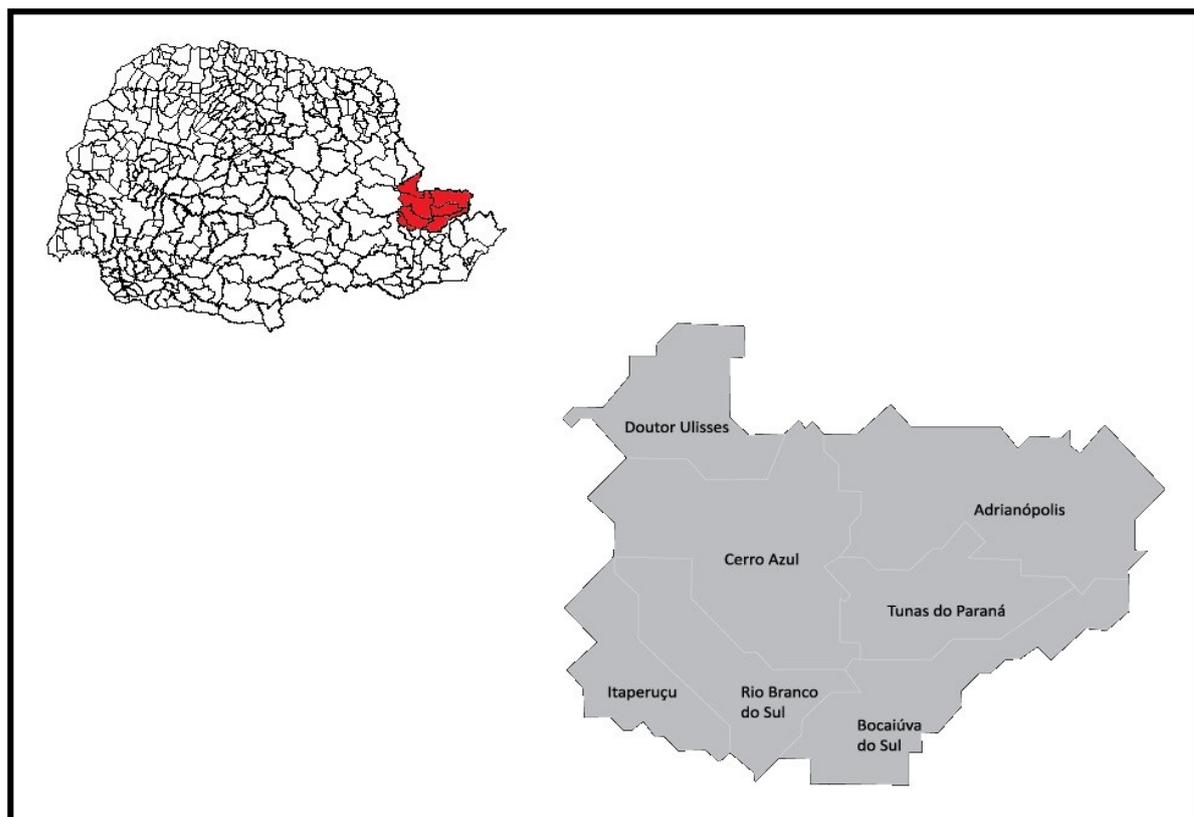
Comumente, as chamadas (e conseqüentemente os contratos) possuem vigência de 1 a 2 anos, e o serviço de assistência técnica e extensão rural se encerram ao término da vigência do contrato.

A escolha desta modalidade de serviços de Ater para análise neste trabalho ocorreu em função da vigência, durante o período de realização da pesquisa, da chamada pública nº13/2013-republicação, elaborada pelo MDA em parceria com o Incra. Esta chamada foi a primeira destinada à oferta dos serviços de Ater voltados para a produção orgânica e agroecológica, configurando, desta maneira, um momento de muita relevância para a construção de uma Ater agroecológica consistente e coerente no país.

Metodologia

Área de estudo

A metodologia adotada na presente pesquisa foi a abordagem qualitativa, por meio de estudo de caso nos municípios de Rio Branco do Sul e Cerro Azul, localizados na região do Vale do Ribeira paranaense (Figura 1). Segundo Sevá Filho e Kalinowski (2012), a bacia do Rio Ribeira de Iguape se estende, no estado de São Paulo, desde a Serra da Paranapiacaba até o sul do território paulista, e no estado do Paraná, da Serra do Mar paranaense para a fronteira leste desse estado. Tal região ainda inclui parte dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), como Rio Branco do Sul e Bocaiúva do Sul. São 31 municípios dos dois estados, sendo 22 no estado de São Paulo e 9 municípios no Paraná (PORTAL DO GOVERNO, 2018).

Figura 1 – Municípios que compõe a porção paranaense do Vale do Ribeira

Fonte: SEBRAE (2015).

O Vale do Ribeira está inserido na maior área contínua de Mata Atlântica do país e possui relevo característico, com grandes ondulações compostas por montanhas e rios sinuosos. Abriga ainda uma diversidade de territórios etnoculturais, ecológicos e políticos. Por estar integrado ao Programa Territórios da Cidadania, a região pode ser classificada como território institucional; como território geopolítico, porque configura a bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape; ou pode ser classificado como território etnocultural porque é habitada historicamente por populações indígenas e quilombolas (MOSCAL e KAMINSKI, 2014).

A área do Vale da Ribeira do Paraná é localizada no Primeiro Planalto Paranaense, com extensão de 6.093,54 km², correspondendo a 21,5% da área da Bacia Hidrográfica Ribeira do Iguape, 54,5% da Bacia Hidrográfica no Paraná e cerca de 7,6% do território do estado. Faz parte da Região Metropolitana de Curitiba, composta por sete municípios: Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulisses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná. À leste e a norte faz fronteira com o estado de São Paulo, a noroeste e oeste com os municípios da Região de Ponta Grossa e a sudoeste e sul com os municípios do entorno de Curitiba (BIANCHINI, 2010).

Descrição do local de estudo

A economia da região configura-se como essencialmente agrícola. Entretanto, Bianchini (2010) salienta que nesse cenário os agricultores familiares são fortemente subordinados aos sistemas de produção latifundiário, garantindo amplas restrições ao desenvolvimento de sistemas de produção de caráter sustentável, caracterizando, dessa maneira, uma cristalização da estrutura agrária local. O autor ainda frisa que esta cristalização é acentuada pelas limitações impostas pelo quadro natural regional adverso, que dificulta o acesso dos municípios do Vale do Ribeira aos principais ciclos econômicos e programas de desenvolvimento realizados no estado do Paraná e na Região Metropolitana de Curitiba.

No contraponto desta situação, entretanto, as comunidades vêm se organizando na busca pelo desenvolvimento rural sustentável local. A expressão artesanal mostra ser uma atividade inerente às comunidades quilombolas do Vale do Ribeira paulista, sendo compatível socialmente com a realidade local, como no caso da utilização do resíduo da bananicultura como matéria-prima para produção artesanal recorrente em diversas comunidades (SANTOS, 2005). Já, os caixaras do território destacam-se pela pesca, coleta e criação de ostras, caranguejos e mariscos, além do envolvimento com o turismo nas épocas de temporada. Segundo Bim (2012), a existência de grupos de populações tradicionais na região do Vale do Ribeira (quilombolas, indígenas, caixaras e ribeirinhos) é de extrema importância para a sustentabilidade socioambiental local, uma vez que o modo de vida dessas populações proporcionou a conservação dos remanescentes de Mata Atlântica na porção sul do estado de São Paulo e do estado do Paraná.

Nesse cenário, as iniciativas relacionadas à prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural tanto pelo setor privado quanto pelo poder público, voltadas à agricultura familiar na região do Vale do Ribeira Paranaense, apresentam-se como ferramentas estratégicas de orientação ao acesso a programas e políticas públicas destinadas a este setor na busca pelo desenvolvimento rural sustentável. A avaliação do panorama atual destes serviços na região, portanto, torna-se relevante no sentido de fomentar o desenvolvimento local nos municípios, bem como o territorial, considerando a região do Vale do Ribeira.

Orientação e ferramentas utilizadas

A abordagem qualitativa foi a metodologia selecionada por permitir o aprofundamento nos significados das ações e das relações humanas (motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes), que não são possíveis de se obter apenas por meio da abordagem quantitativa. Segundo Ludke e André (1986), a abordagem qualitativa apresenta características específicas que a tornam a metodologia capaz de dar conta da pesquisa em questão. Dentre essas características o propósito de retratar e analisar a perspectiva dos participantes, o

foco do pesquisador no significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida, entre outras.

Dentre os métodos denominados qualitativos, a orientação da pesquisa foi por meio da realização de um estudo de caso, na porção paranaense do Vale do Ribeira. De acordo com Yin (2005), este método pode fornecer informações sobre os fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo, além de outros que podem estar relacionados a estes. Assim, utilizam-se os estudos de caso a partir da necessidade de se compreender fenômenos sociais complexos.

Dentre as ferramentas empregadas neste trabalho, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, a fim de se mapear/compilar a situação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural na região em questão, bem como os impactos trazidos por essas atividades no cotidiano da produção rural familiar, sob a perspectiva econômica, social e ambiental. Tal levantamento foi feito através de documentação/dados oficiais e não oficiais do Ministério do Desenvolvimento Agrário, livros e periódicos científicos, artigos e análises estatísticas.

Foram utilizadas ainda, neste estudo, outras ferramentas adotadas pela metodologia qualitativa, tais como as observações de campo e entrevistas semiestruturadas que, de acordo com Ludke e André (1986), são realizadas a partir de um plano básico, que pode ser modificado, o que permite ao pesquisador fazer as necessárias adaptações, tendo como vantagem a obtenção imediata de informações, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados assuntos.

As entrevistas foram realizadas no segundo semestre de 2015 com os profissionais de Assistência Técnica e Extensão Rural, entre eles cinco extensionistas, que eram representantes de entidades parceiras – ONG's e associações; nove participantes do poder público e três representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em um total de 17 participantes fornecendo suas análises, percepções e vivências cotidianas, bem como suas visões dos desafios e das potencialidades nos serviços de Ater na região do Vale do Ribeira paranaense. Nesta etapa, as entrevistas semiestruturadas aplicadas apresentaram-se como ferramentas para obtenção de informações acerca do cotidiano; das percepções desses atores sobre a Ater na região; do entendimento de como são as abordagens destas ações; das mudanças percebidas por meio das atividades de Ater; e os atuais desafios e potencialidades destes serviços no desenvolvimento socioeconômico das populações e na proteção da biodiversidade.

Resultados e Discussão

Para efetuar uma caracterização das ações de Ater na região selecionada, a presente pesquisa determinou como principal parâmetro as diretrizes (ou

“objetivos”, termo utilizado no texto da legislação nacional e estadual) estabelecidas pela PNATER e pela PEATER-PR. Desta maneira, contemplar as diretrizes apresentadas pelo texto de ambas as legislações relativas aos serviços de Ater no país e no estado do Paraná é traçar um panorama do ideal (por parte do governo) da ação extensionista. A importância na idealização e consequente busca por um serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural adequado e qualificado para a Agricultura Familiar, especialmente de produção orgânica e agroecológica, se deve ao fato de a Ater ser uma das mais importantes ferramentas para o acesso dos produtores a diversos programas de políticas públicas e recursos destinados à produção rural familiar.

Nos debates atuais, discute-se que a internalização da perspectiva agroecológica nas instituições que participam direta ou indiretamente dos processos de extensão rural é indispensável na composição deste cenário ideal de Ater para a Agricultura Familiar. De acordo com Petersen et al. (2009), tendo início em 2003, com o amplo debate público para a constituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), assumiu-se a Agroecologia como enfoque científico norteador das ações de Ater no Brasil.

Assim, entre os princípios norteadores da ação extensionista, tem-se a recomendação de uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, enfatizando a adoção de novos enfoques metodológicos, especialmente os participativos e de um paradigma tecnológico fundamentado nos princípios da Agroecologia. Nesse caso, Caporal e Costabeber (2004) apontam que é básico para o paradigma agroecológico compreender que o conhecimento local se torna um elemento central nesta construção, assim como são centrais e devem ser respeitadas as matrizes culturais dos diferentes grupos sociais.

A Extensão Rural, para alcançar este ideal almejado e se tornar instrumento de cidadania e de fortalecimento de um novo paradigma de desenvolvimento rural, deve, segundo a PNATER, se reorientar no sentido de fugir do modelo de desenvolvimento excludente imposto ao setor rural. A nova Extensão Rural, proposta pela PNATER, busca definir-se claramente quanto ao seu público, constituído pelos agricultores que exploram as suas propriedades com força de trabalho familiar. As bases teóricas e conceituais da Ater devem ser revistas, ou seja, sua compreensão quanto ao processo educativo, quanto à comunicação e, por consequência, com relação à metodologia do trabalho dos extensionistas devem ser readequadas (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

A maneira como a nova PNATER foi formulada ocorreu sem uma significativa participação de representantes da sociedade civil, tendo sido construída segundo uma orientação política e econômica. Dias (2007) reafirma este fato ao citar que a extensão rural no Brasil esteve historicamente associada às intenções governamentais quanto ao cenário político-agrário, que por sua vez quase sempre

esteve subordinado a uma agricultura que se configura como um dos principais instrumentos de desenvolvimento econômico do país.

Contudo, vale salientar que ocorreram significativos avanços de participação democrática na elaboração da PNATER. Estes avanços foram conduzidos com o processo de diversificação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural e a não aceitação do modelo de extensão até então vigente. Os agricultores patronais já não dependiam de serviços públicos de assistência técnica e extensão rural para inovar tecnologicamente, e eventos como o lançamento de programas de políticas públicas como o Pronaf lançaram um novo campo de atuação para a extensão rural pública (DIAS, 2008, p. 106), orientando-se no sentido da produção familiar.

Assim, como mostra Caporal e Costabeber (2004, p. 50):

[...] a Extensão Rural, enquanto aparato do estado, responde às políticas elaboradas pela visão hegemônica de desenvolvimento, adotando certas orientações que atendem às demandas de setores e grupos subalternos sem que com isso sua ação entre em contradição com os interesses gerais definidos pela estrutura de poder dominante. As atividades do aparato público de extensão respondem a pressões de diferentes origens, mas tendem a adaptar-se ao modelo geral de desenvolvimento impulsionado desde o estado. Isto indica que o aparato extensionista continuará realizando suas ações segundo o discurso dominante sobre sustentabilidade, mas que não contemplam o enfoque agroecológico preconizado pela PNATER, caso não seja reorientado.

Para uma análise consistente, para posterior comparação entre a situação atual dos serviços de Ater no Paraná e os objetivos traçados pela PNATER, é preciso que se considere cada um dos 12 objetivos estabelecidos pela lei. Entretanto, estão sintetizadas, a seguir, as diretrizes a partir da seguinte premissa:

A Ater deve fomentar a Agroecologia e o desenvolvimento rural sustentável, apoiando iniciativas econômicas que promovam as potencialidades regionais e locais, a qualidade de vida de seus beneficiários, desenvolvendo ações por meio de metodologias participativas voltadas para a conservação dos recursos naturais.

A lei ainda considera questões relacionadas à pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologia e formação de novos extensionistas, entre outros pontos relevantes. Contudo, para esta análise será considerada a síntese apresentada anteriormente que buscou abarcar importantes apontamentos da lei nacional de Ater.

Considerando o contexto estadual, como no caso do presente trabalho que traz uma análise qualitativa da região do Vale do Ribeira paranaense (a partir dos agentes de Ater envolvidos), tal reflexão ficaria defasada se não fosse considerada a legislação de Ater estadual, no caso, a PEATER-PR. Portanto, assim como feito anteriormente com a PNATER, a PEATER-PR também foi sintetizada nesse trabalho, de modo que pudesse ser formulada uma premissa que complementasse a levantada anteriormente, a partir dos 25 objetivos determinados pela lei estadual. Desta maneira, temos que a PEATER-PR, de forma resumida e complementar à PNATER, define que a legislação estadual referente aos serviços de Ater, procura:

Ampliar e qualificar a Ater no estado do Paraná, contribuindo com a implementação de sistemas de produção sustentáveis e promovendo a integração entre as entidades de Ater a fim de ampliar e fortalecer as redes de Ater, viabilizar o acesso dos beneficiários da PEATER-PR às políticas públicas e valorizar o modo de vida do meio rural paranaense incentivando a estruturação de serviços municipais de Ater.

A partir das duas premissas apresentadas, fruto das sínteses das diretrizes encontradas nas legislações federal e estadual de Ater, é possível comparar as informações coletadas por meio das entrevistas realizadas nos municípios paranaenses de Cerro Azul e Rio Branco do Sul sobre a qualidade dos serviços de Ater e os desafios enfrentados na execução destes serviços em tais municípios. Esta análise foi realizada sob a perspectiva dos profissionais da área, traçando paralelos entre o que se espera alcançar futuramente e a realidade atual das ações de ATER no Vale do Ribeira paranaense.

Os desafios da Ater no Vale do Ribeira paranaense

No Paraná, é diverso o espectro de entidades que podem participar dos processos seletivos para contratação dos serviços de Ater. Esse espectro engloba entidades tanto públicas quanto privadas, como ONG's, instituições estatais (como o caso da Emater-PR), cooperativas, associações. No caso das chamadas públicas, o contratante mais usual desses serviços, por meio das chamadas públicas é, portanto, o próprio estado, representado pelos governos estadual e federal. Além disso, vale destacar que a Emater-PR possui atuação consistente nos municípios do Vale do Ribeira paranaense, e em algumas localidades, coordenação local de projetos junto aos produtores rurais e às entidades ligadas ao desenvolvimento rural sustentável.

No processo de sistematização das informações coletadas nas entrevistas, foi possível identificar diversos pontos de grande relevância para se analisar a qualidade e a efetividade das ações de Ater nos municípios em questão. Os

entrevistados foram divididos em três grupos: a) Extensionistas; b) Representantes de entidades parceiras às entidades executoras de serviços de Ater (prefeituras, entidades de crédito rural, instituições de ensino, organizações e associações de agricultores); c) Representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em cada grupo as informações fornecidas foram comparadas entre si. Notou-se grande similaridade das respostas dentro dos grupos, ou seja, os extensionistas tendem a ter uma mesma perspectiva de seu trabalho, de suas demandas, assim como a visão dos representantes do MDA acerca da efetividade das ações de Ater tendem a convergir no território do Vale do Ribeira.

Entre os extensionistas, foram identificadas duas críticas, que poderiam também ser classificadas como desafios que estes profissionais encontram quando estão realizando suas atividades de assistência técnica: a dificuldade de se estabelecer e fortalecer uma rede de Ater nos municípios em que atuam, e em segunda instância, a ausência de comprometimento das entidades contratantes e do poder público com relação ao pagamento dos salários e do apoio na logística de suas atividades.

A questão do fortalecimento das redes de Ater, segundo os extensionistas, está na dificuldade de se estabelecer um diálogo entre as entidades executoras de Ater, e até mesmo junto a prefeituras e outros órgãos que cumprem papel relevante na construção das redes de Ater. Ambas as legislações de Ater apresentadas nesta pesquisa consideram a importância da ampliação e do fortalecimento das redes de Ater, que traz por principal consequência a ampliação no número de beneficiários atendidos pelos serviços de Ater.

Quanto ao comprometimento das instituições contratantes, é difícil analisar se este problema tem origem política, econômica ou organizacional. Esta é uma pauta delicada quando levantada entre os profissionais, que mesmo tendo seu anonimato garantido na realização das entrevistas, e ainda que os próprios profissionais tenham mencionado este assunto, preferem não dar continuidade à problemática para não se exporem.

Porém, é importante salientar que segundo Petersen (2009, p. 100), o volume de recursos aplicados nos estados para a capacitação de técnicos e agricultores em Agroecologia, como resultado da PNATER, por meio de convênios com o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural e Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Dater/SAF/MDA), cresceu de forma continuada nos últimos anos.

Alguns extensionistas apontaram para a problemática da burocratização excessiva dos trabalhos de Ater previstos nas chamadas. Dentre os fatores para a inviabilização das metas foram citados o tempo extremamente limitado para o desenvolvimento dos serviços de Ater e a grande quantidade de formulários para preenchimento pelos produtores rurais (desestimulando seu interesse em participar do projeto).

Entre os representantes do MDA, o maior desafio, sob a ótica destes profissionais no âmbito da Ater na região do Vale do Ribeira paranaense refere-se principalmente, à formação acadêmica e profissional dos técnicos. Segundo estes profissionais, a dificuldade em melhorar a qualidade dos serviços de Ater está na ausência de experiência prática por parte dos técnicos, ou seja, estes saem das salas de aula diretamente para as propriedades rurais, possuindo apenas o arcabouço teórico para lidar com as reais adversidades enfrentadas pelos produtores familiares. Como é mostrado por Silveira e Balem (2004, p. 8), o extensionista deveria ter uma compreensão sistêmica da propriedade. Contudo, por ter dificuldade em compreender a realidade dos agroecossistemas, e conseqüentemente identificar componentes dos cultivos isoladamente, tais profissionais acabam fornecendo ao produtor soluções descontextualizadas.

Acima da experiência acadêmica ou profissional, Abramovay (2001) mostra que o maior entrave que se apresenta hoje à extensão rural brasileira seja justamente a sua elevada competência técnica, que deveria orientar a Agricultura Familiar para o desenvolvimento territorial. Portanto, é preciso abandonar a postura tecnicista e imperativa, que muitas vezes desconstrói o conhecimento empírico e tradicional do agricultor, para fortalecer o empoderamento destes frente a sua propriedade rural, principalmente quando se trata de um território tão rico em termos socioculturais e ambientais como o Vale do Ribeira.

Já os representantes das entidades parceiras apresentaram diversos apontamentos que devem ser levados aos espaços de debate sobre a Ater no Vale do Ribeira paranaense. Destacaram-se a ausência de fiscalização do cumprimento dos serviços de Ater na região; ausência de um sistema de avaliação efetivo destes serviços; a formulação de chamadas públicas que, em alguns pontos, desconsideram demandas e as articulações políticas locais e o contexto social e cultural dos municípios.

A avaliação mais efetiva seria aquela realizada diretamente pelos beneficiários do projeto, ou seja, com o produtor rural familiar. Para o entrevistado nº 9, a avaliação como é feita atualmente encontra-se atrelada à “papelada” (burocracia), e “o melhor papel é o serviço do agricultor e a melhora da questão da produção dele, da condição de dignidade e de vida no campo” (informação verbal)¹.

Vale salientar que esta colocação do entrevistado se deve ao fato de que hoje o trabalho de Assistência Técnica e Extensão Rural dos técnicos é avaliado por meio do preenchimento de um determinado número de documentos, encaminhados ao MDA. Tais documentos referem-se ao controle da presença dos agricultores nas atividades previstas no edital e na proposta técnica e registros fotográficos das atividades desenvolvidas. Desta maneira, é possível inferir que esta avaliação se

¹ Informação fornecida pelo entrevistado identificado como “entrevistado nº 9” durante a realização das entrevistas para elaboração da dissertação no qual este artigo é recorte.

caracteriza por ser quantitativa, e não qualitativa, uma vez que considera a quantidade de produtores presentes, e não a qualidade do trabalho realizado, ou a efetividade com o qual este serviço está tendo no cotidiano dos beneficiários.

O principal fator na organização das atividades de uma chamada pública de Ater no momento de sua elaboração seria, além da distribuição dos recursos provenientes do estado, a existência de um trânsito de informações dentro dos Ministérios. De acordo com o entrevistado nº 8, existem esferas hierárquicas incumbidas para discutir as diferentes questões abarcadas pela estrutura das chamadas públicas – políticas, econômicas, sociais, logísticas, entre outras. Portanto, para que cada instância esteja em sincronia do ponto de vista organizacional, deve haver canais de comunicação mais efetivos entre os funcionários envolvidos na elaboração destas chamadas.

Comparando as respostas dos entrevistados, é possível inferir que as questões levantadas pelos indivíduos das três categorias de profissionais de Ater são pontos que se complementam na construção, efetivação e continuidade de serviços de Ater de qualidade, não só na região do Vale do Ribeira paranaense como em outras localidades em que haja atividades agrícolas que utilizem a mão de obra familiar e que necessitem de assistência técnica para garantir o desenvolvimento rural sustentável por meio de uma Ater qualificada.

Para os profissionais participantes da pesquisa, os serviços de Ater, mesmo sendo agroecológicos, ainda preservam caráter bastante pontual, denotando a ausência de ações integradas. Apesar dos editais das chamadas públicas de Ater cobrar das entidades prestadoras de tais serviços esta ação mais integrada, na prática essa atitude não é observada. Como enfatizou o entrevistado nº 5: “a carência de Ater entre os agricultores é um limitante para a produção e o desenvolvimento. Geralmente a Ater é focada ou na parte assistencialista ou meramente técnica, e ela é muito carente na questão social” (informação verbal)².

Um serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural qualificado e adequado à produção familiar, por sua vez, configura-se na prestação de um serviço tecnicamente capacitado, democratizado, voltado para o estímulo da autonomia das famílias, onde os extensionistas tenham visão holística das propriedades produtivas e atuem através de mecanismos e metodologias participativas, sempre valorizando o conhecimento tradicional do agricultor.

A elaboração de mecanismos de avaliação qualitativos, sugestão que surgiu durante as entrevistas desta pesquisa, mostra ter uma importante função para analisar não só quantitativamente, mas considerando as reais melhorias econômicas, sociais e ambientais que os serviços de Ater possam vir a trazer para as famílias de produtores rurais. Este sistema contaria com parâmetros como

² Informação fornecida pelo entrevistado identificado como “entrevistado nº 5” durante a realização das entrevistas para elaboração da dissertação no qual este artigo é recorte.

melhorias na qualidade de vida das famílias do campo, acesso a programas de políticas públicas, aumento do nível organizacional dos produtores (cooperativas, associações), entre outros.

Além disso, a análise qualitativa pode democratizar ainda mais o processo de avaliação destes serviços, uma vez que descentraliza o processo que atualmente se concentra na mão do poder público e dos responsáveis pela contratação dos serviços de Ater, e passa a considerar também a perspectiva dos produtores rurais, os mais interessados no sucesso destes serviços.

As potencialidades e viabilidade dos serviços de Ater no Vale do Ribeira-PR

Da mesma forma que as dificuldades se destacaram durante a realização das entrevistas, se evidenciam também a percepção de uma potencialidade considerada de grande importância para a realização de um serviço de Ater de qualidade na busca pela promoção da autonomia dos grupos de produtores familiares do Vale do Ribeira paranaense. Nas três categorias de entrevistados da pesquisa, ou seja, extensionistas, representantes das entidades parceiras e representantes do MDA, é evidente a presença do que pode ser chamado de “comprometimento ideológico”, ou seja, a maior parte dos profissionais valoriza seu próprio trabalho e reconhece a importância da Ater na promoção do desenvolvimento rural sustentável.

O entrevistado nº 3 evidencia esta importância classificando os serviços de Ater como “essenciais” no meio rural. Enquanto técnico, demonstra que considera a Ater como uma ferramenta importante na capacitação do produtor para produção de alimentos com melhor qualidade e práticas menos danosas ao ambiente, na promoção do desenvolvimento rural sustentável, inserção dos jovens e das mulheres nas atividades produtivas da família, melhoria da qualidade de vida no campo, entre outros.

A Ater representa hoje um instrumento para se mudar a realidade do campo. Para o entrevistado nº 4, os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural podem atuar na valorização do campo frente ao meio urbano como um todo: “[...] acredito que o principal papel da Ater é o de mudar o jeito da agricultura na atualidade. É mudar a visão dos próprios agricultores deles mesmo e dos de fora” (informação verbal)³. Na tabela a seguir ilustra os benefícios trazidos por um serviço de Ater qualificado, de orientação agroecológica, apontados pelos entrevistados na pesquisa:

³ Informação fornecida pelo entrevistado identificado como “entrevistado nº 4” durante a realização das entrevistas para elaboração da dissertação no qual este artigo é recorte.

Quadro 1 - Benefícios mais citados pelos profissionais de Ater ao trabalharem com a Extensão Rural agroecológica

<p>Mudanças nos hábitos alimentares;</p> <p>Proteção da saúde dos produtores;</p> <p>Presença efetiva dos técnicos a campo</p> <p>Diminuição do impacto no campo do monopólio das empresas de insumos;</p> <p>Minimização da dependência dos produtores familiares frente a esses monopólios;</p> <p>Permuta de tecnologias entre técnico e produtores;</p> <p>Crédito rural (o agricultor deixou de considerar o crédito rural simplesmente como uma dívida, mas passou a considera-lo também como um investimento)</p> <p>Aumento da percepção ambiental e da preocupação com a preservação do meio ambiente</p>
--

Fonte: Elaboração própria.

Não se deve permitir que essa valorização subjugu a importância do conhecimento tradicional do produtor agrícola familiar. Complementando com as ideias de Freire (1983, p. 41), o conceito de Extensão Rural pode remeter a “estender um conhecimento técnico até os camponeses”. Entretanto, o conhecimento não deve ser simplesmente “levado” aos agricultores, mas deve haver uma construção coletiva e um entendimento mútuo por parte de camponeses e técnicos.

Desta forma, seguindo as orientações da PNATER, a adoção da Agroecologia no contexto rural dos serviços de Ater é determinante tanto do ponto de vista sociocultural, quanto ambiental. A missão de qualquer estilo de Extensão Rural em que se pretenda inovar está na competência em direcionar suas ações e atividades para a promoção de novas formas de desenvolvimento e de agricultura, que valorizem não apenas as condições específicas de cada agroecossistema, como também a preservação da biodiversidade e da diversidade cultural (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 92).

Especificamente no território do Vale do Ribeira paranaense, o paradigma agroecológico orientando os serviços de Ater podem ser bastante efetivo, devido à diversidade sociocultural e ambiental encontrada nesta localidade. Em 2007, com a aprovação da Câmara Setorial da Agricultura Orgânica e Agroecologia pelo Conselho Estadual do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (CEDRAF), iniciaram-se as bases da discussão para a criação de um programa capaz de promover a produção orgânica e agroecológica na perspectiva de consolidação de uma política pública de governo do estado do Paraná.

Em 2008, o CEDRAF juntamente com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná, trabalhou na elaboração de um programa básico para promover a Agroecologia no Estado – o Programa Paraná Agroecológico⁴ – que previa, entre seus eixos estruturantes, a Ater, apresentando no Programa a necessidade de um serviço de assistência técnica especializada e voltado para a Agroecologia e Agricultura Familiar (MELÃO, 2011, p. 40). Tal programa, apesar de criado via decreto no ano de 2014, não havia sido implementado até a data em que a presente pesquisa ocorreu.

Dambrós et al. (2015) acrescentam, por meio dos dados coletados em sua pesquisa no Vale do Ribeira paranaense, que a Agroecologia ainda é abordada com superficialidade pelas entidades ligadas à Ater na região, onde se observa que os projetos de Ater financiados pelo Estado (principalmente governo federal) não estimulam a articulação entre as organizações da região. Assim, os técnicos acabam atuando como dirigentes locais, e conseqüentemente quando há a finalização do projeto, as comunidades rurais sofrem com sua ausência, não sendo cumprido, portanto, o papel de emancipador da ação extensionista.

Vale salientar as ideias de Petersen (2009), que destaca elementos positivos trazidos pela PNATER, como o fortalecimento das condições político-institucionais para que os técnicos dos órgãos oficiais possam atuar na promoção da Agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável, e o reconhecimento das entidades não-governamentais como órgãos de Ater e da possibilidade de se financiar com recursos públicos os projetos de Ater dessas entidades.

Conclusão

O Vale do Ribeira paranaense é uma região essencialmente agrícola, estratégica do ponto de vista ambiental e econômico que, no entanto, apresenta diversas fragilidades sociais. Portanto, os serviços de Ater na região apresentam-se como ferramentas de grande importância na busca pela melhoria da qualidade de vida das famílias de agricultores familiares. Realizar uma análise qualitativa das ações de Ater sob a perspectiva dos profissionais é relevante para que se possa mitigar as dificuldades enfrentadas por estes profissionais e cada vez mais otimizar estes serviços.

Constatou-se na pesquisa que na região analisada, diversos objetivos determinados tanto pela PNATER quanto pela PEATER-PR estão comprometidos devido aos entraves levantados pelos entrevistados. Dentre as dificuldades, podem ser

⁴ O Programa Paraná Agroecológico foi instituído por meio do Decreto nº 12431 de 23/10/2014, com o objetivo de “promover e apoiar ações integradas para implantação, consolidação e ampliação de sistemas de produção e consumo com base em princípios da Agroecologia no Paraná” (PARANÁ, 2014)

destacadas a ausência de uma articulação local de Ater, ou seja, a desarticulação e a ausência de diálogo entre as entidades executoras de serviços de Ater; a falta de infraestrutura básica para os extensionistas cumprirem suas metas em campo, a visão tecnicista da maioria dos técnicos; o déficit na formação acadêmica e profissional dos extensionistas que vão a campo; ausência de fiscalização do cumprimento dos serviços de Ater na região; a ausência de um sistema de avaliação efetivo destes serviços; a construção de chamadas públicas que não consideram as demandas e as articulações políticas locais.

Entretanto, além dos desafios e dos gargalos, é importante também salientar uma potencialidade que se destacou durante o período de coleta de informações com os profissionais, o que se chamou na presente pesquisa de “comprometimento ideológico”, sendo fundamental na realização das atividades de Ater, uma vez que fortalece as ações de extensão frente aos desafios enfrentados, por se acreditar na importância deste trabalho para a promoção do desenvolvimento rural.

Comite de ética

A presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos no dia 15 de junho de 2015, e aprovada pelo mesmo órgão no dia 10 de novembro de 2015.

Referências

ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n° 43, p. 121-140, 2001.

BIANCHINI, V. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e a sustentabilidade da agricultura no Vale do Ribeira – Paraná**. 2010. 413f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

BIM, O. J. B. **Mosaico do Jacupiranga – Vale do Ribeira, São Paulo: conservação, conflitos e soluções socioambientais**. 2012. 267f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan. 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112188.htm>. Acesso em: 22 jan 2015

CAPORAL, F. R. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas dos serviços públicos**. 1991. 134f. Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1991.

CAPORAL, F. R. Lei de Ater: exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. **Cadernos de Agroecologia**, Fortaleza, v. 6, n. 2, 2011.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER/IICA, 2004.

DAMBRÓS, O; CAPORAL, F. R.; PADILLA, M. C. A nova ATER e a formação das redes locais de entidades da agricultura familiar para desenvolver extensão rural agroecológica no estado do Paraná, Brasil. **Extramuros**, v. 3, n. 3, p. 82-96, 2015.

DIAS, M. M. As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) face ao difusionismo. **Revistas Oikos**, v. 18, nº 2, p. 11-21, 2007.

DIAS, M. M. Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 1., n. 1, p. 101-114, 2008.

DINIZ, P. C. O.; LIMA, J. R. T.; ALMEIDA, A. Chamadas públicas de ATER: primeiras reflexões. In: Congresso Internacional da Associação Latinoamericana de Sociologia, 28., 2011, Recife. **Anais...** Brasília: UFPE, 2011.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GODOI, T. G. **Dilemas e perspectivas da sustentabilidade nas políticas de crédito para a agricultura familiar: estudo de caso no Território do Meio Oeste Contestado (SC)**. 2014. 127f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

LANDINI, F. P. Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural. **Ciência Rural**, v. 45, n. 2, 371-377, 2015.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MELÃO, I. B. Programa Paraná Agroecológico: o processo participativo para a construção de uma política pública. **Caderno IPARDES**, v. 1, n. 2, p. 36-44, 2011.

MENDONÇA, S. R. Extensão rural e hegemonia norte-americana no Brasil. **História Unisinos**, v. 14, n. 2, p. 188-196, 2010.

MOSCAL, J. S.; KAMINSKI, T. C. G. Comunidades tradicionais e Unidades de Conservação: etnoconhecimento no entorno do Parque Estadual das Lauráceas, Paraná. **Terra Plural**, v. 8, n. 2, p. 297-307, 2014.

OLIVEIRA, M. N. S. **A formação de técnicos e extensionistas rurais no contexto do desenvolvimento rural sustentável e da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. 271f. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

PARANÁ. Decreto nº 12.431, de 23 de outubro de 2014. Institui o Programa Paraná Agroecológico. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba, PR, 23 out. 2014. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=131614&indice=2&totalRegistros=192&anoSpan=0&anoSelecionado=2014&mesSelecionado=10&isPaginado=true>>. Acesso em: 13 maio 2015

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil – uma abordagem histórica na legislação**. Mascus Peixoto. 2008. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm>. Acesso em: 10 out. 2015.

PETERSEN, P.; DAL SOGLIO, F. K.; CAPORAL, F. R. A construção de uma ciência a serviço do campesinato. In: PETERSEN, P. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 85-104.

SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, v. 22, n. 3, p. 715- 751, 2007.

SANTOS, K. M. P. **A atividade artesanal com fibra de bananeira em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira (SP)**. 116f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, nº 3, p. 511-531, 2010.

SEPULCRI, O. **Estratégias e trajetórias institucionais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (EMATER-PR)**. 161f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

SEVÁ FILHO, A. O.; KALINOWSKI, L. M. Transposição e hidrelétricas: o desconhecido Vale do Ribeira (PR-SP). **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, 2012.

SILVA, J. G.; KAGEYAMA, A. A.; ROMÃO, D. A.; WAGNER NETO, J. A.; PINTO, L. C. G. Tecnologia e campesinato: o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 3, nº 4, p. 21-56, 1983.

SILVEIRA, P. R. C.; BALEM, T. A. Formação profissional e extensão rural: a incapacidade da superação do modelo agrícola. In: Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 6., 2004, Aracaju, Sergipe. **Anais...** Aracaju: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2004.

VALE DO RIBEIRA ABRANGE 31 CIDADES NOS ESTADOS DE SP E PR. PORTAL DO GOVERNO. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/vale-do-ribeira-dois-estados/>>. Acesso em: 10 jun 2018.

YIN, R. K. **Estudo de caso**. Planejamento e Métodos. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.

Endereço para correspondência:

Kessy Rizental da Silva – kessy.rizental@gmail.com
Rodovia Washington Luiz, s/n
13.565-905 São Carlos/SP, Brasil

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco – soniaberga@yahoo.com
Cidade Universitária Zeferino Vaz, Barão Geraldo
13083-970 Campinas/SP, Brasil

Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo – vanilde@yahoo.com
Cidade Universitária Zeferino Vaz, Barão Geraldo
13083-970 Campinas/SP, Brasil